



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Fazenda  
Conselho de Supervisão de Regime de Recuperação Fiscal

OFÍCIO SEI Nº 220256/2020/ME

Brasília, 04 de setembro de 2020.

Ao Secretário do Tesouro Nacional

Sr. Bruno Funchal

**Assunto: Análise sobre a necessidade do Regime de Recuperação Fiscal**

*Referência:* Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 12100.105573/2020-31.

Senhor Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, este Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio de Janeiro (CSRRF-RJ), acusa o recebimento do Ofício SEI Nº 219370/2020/ME, de 3/9/2020, dessa Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia (STN/ME), mediante o qual Vossa Senhoria cientifica este Conselho que o Estado do Rio de Janeiro, por meio do Of. GG 222/2020, de 3/9/2020, teria enviado, parcialmente, o mínimo de informações solicitadas por essa Secretaria para possibilitar o exame de pedido formal de prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal atualmente vigente naquele estado, com a amparo na Lei Complementar nº 159, de 2017, tendo em consideração a decisão liminar emitida pelo Excelentíssimo Ministro Bruno Dantas do Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito do processo TCU nº 029.151/2020-1.

2. Por pertinente, cabe recordar que a referida decisão liminar decorreu de Representação apresentada em 18/8/2020 pelo Excelentíssimo Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Lucas Rocha Furtado, a respeito do risco de não renovação do Regime de Recuperação Fiscal firmado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Lei Complementar 159/2017 em decorrência de supostos empecilhos à sua prorrogação, que resultou na já citada decisão liminar expedida nos seguintes termos:

“15. Quanto ao pedido do representante, tenho que não poderia este Tribunal se substituir à autonomia da vontade política e administrativa dos entes federados envolvidos (União e Estado do Rio de Janeiro) e determinar, à revelia de qualquer manifestação oficial e com base apenas em elementos noticiosos, a renovação automática do Plano de Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

16. Ademais, há requisitos formais e materiais a serem previamente adimplidos entre as partes e as consequências fiscais e financeiras não podem ser mensuradas a priori. Portanto, não deve esta Corte determinar, de forma heterônoma, a prorrogação em definitivo de um regime baseado na solidariedade entre os Poderes e os órgãos da administração pública, bem como no equilíbrio e autonomia das entidades federativas.

17. Contudo, considero que eventual renovação do regime fiscal especial em epígrafe pode contribuir para o saneamento fiscal do Estado do Rio de Janeiro, cuja solvência vai ao encontro dos interesses financeiros da União, notadamente no que respeita aos pagamentos de parcelas de dívidas desse estado, das quais o ente federal é credor.

18. Portanto, como forma de preservar a viabilidade de potencial renovação do Plano de Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, se esse for o intento do ente federado, ainda que o pedido formal seja efetivado na iminência do termo final (4/9/2020), acolho a proposta de expedição de determinação cautelar formulada pela Semag, conforme mencionado no parágrafo 10 retro.

19. Deixo, entretanto, de adotar a proposta de ciência sugerida pela unidade instrutora, visto que contempla posicionamento acerca da matéria de mérito a ser aprofundada na continuidade deste processo. Para esta etapa processual, é suficiente informar ao Estado do Rio de Janeiro que, com a cautelar ora determinada, assegura-se ao ente federado a possibilidade de ter o seu Plano de Recuperação Fiscal prorrogado, mas que o cumprimento dessa medida pelo Ministério da Economia depende de pedido formalizado pelo ente dentro do prazo.

20. É importante que o ente federado atente para o fato de que, nos moldes em que formulo o provimento liminar, expirado o período inicial sem que tenha havido o pedido formal de prorrogação, perde-se o objeto da medida cautelar que determino.

21. Dessa feita, decido: 21.1. determinar cautelarmente ao Ministério da Economia que, na hipótese de existência de pedido formal por parte do Estado do Rio de Janeiro **instruído dos elementos e informações previstos na Lei Complementar 159/2017 e no Decreto 9.109/2017**, ou de **recomendação por parte do Conselho de Supervisão no sentido da prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal junto à Secretaria do Tesouro Nacional**, se realizados ainda durante a vigência original do Plano de Recuperação Fiscal, esse seja considerado, em caráter extraordinário e exclusivamente para o Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, **passível de prorrogação até o pronunciamento conclusivo do Ministério da Economia sobre a necessidade e a eficácia da prorrogação definitiva** para o **equilíbrio das contas estaduais**, ou sobre sua rejeição, nos termos do art. 2º, § 2º, c/c art. 4º, §§ 3º e 5º; e art. 7º, inciso II, todos da Lei Complementar 159/2017;

21.5 informar ao Estado do Rio de Janeiro que, com a cautelar determinada nos termos do subitem 21.1 deste despacho, assegura-se ao ente federado a **possibilidade** de ter o seu Plano de Recuperação Fiscal prorrogado, mas que o cumprimento dessa medida pelo Ministério da Economia **depende de pedido formalizado pelo ente dentro do prazo de vigência do atual Plano**;

21.6 dar ciência deste despacho ao representante, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Economia, ao Estado do Rio de Janeiro e ao Conselho de Supervisão de Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Brasília, 26 de agosto de 2020.

3. Ademais, diga-se que diante dessa decisão, em 31/8/2020 o estado do Rio de Janeiro, por meio do Ofício GG no 214/2020, encaminhou preliminarmente a este Conselho pedido expresso de prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal segundo o qual “ Os argumentos e estatísticas aqui expostos reafirmam o compromisso com o equilíbrio das contas públicas, bem como a necessidade e a intenção firme do ERJ de dar continuidade ao RRF até setembro de 2023, exatamente como previsto no Plano original aprovado pelo CSRRF e pelo Ministério da Fazenda, e homologado pela Presidência da República em 2017. Por isso, em atendimento à decisão proferida pelo Ministro do Tribunal de Contas da União em 26 de agosto de 2020, constante do processo 029.151/2020-1, **formalizo o pedido do Estado do Rio de Janeiro de prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal- RRF por 36 meses, conforme o disposto no §20, do art. 2º, da LC 159/2017.**

4. Recorde-se, ainda, que no mesmo dia 31/8/2020, essa Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Ofício SEI nº 213939/2020/ME enviou ao estado do Rio de Janeiro manifestação sobre o tema

destacando que:

“Considerando-se o exíguo prazo para a instrução adequada do Plano de Recuperação Fiscal esta Secretaria recomenda ao Estado do Rio de Janeiro que apresente, até dia 04/09/2020, **no mínimo**, seu pedido de prorrogação da vigência do Regime de Recuperação Fiscal, **cronograma de trabalho** para a complementação das demais informações previstas no art. 1º do Decreto nº 9.109/2017 e **diagnóstico** acerca da:

- a. Situação atual da arrecadação tributária, com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho);
- b. Situação atual da arrecadação (receitas não tributárias, incluindo, royalties) com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho);
- c. Situação atual da folha de pagamentos de pessoal ativos, inativos e pensionistas, com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho);
- d. Situação atual das despesas (custeio e capital – exceto pessoal), com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho);
- e. Situação atual do endividamento, com a seguinte abertura: dívida com a União, dívida com bancos públicos, dívida com multilaterais e dívida com os demais credores. Deverá ser apresentada a evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 para as operações eventualmente reestruturadas nos termos da LC 173/20;
- f. Situação atualizadas da evolução dos restos a pagar: com demonstração da evolução nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (estimativa até julho); e
- g. Situação atualizada de obrigações eventualmente inadimplidas nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 (até julho).”

5. Nesse ponto, retornando ao exame do Ofício SEI Nº 219370/2020/ME, verifica-se que, após análise da comunicação do estado, essa Secretaria apresenta demanda específica a este Conselho nos seguintes termos:

“O ofício supramencionado foi respondido pelo Estado dia 03/09/2020 por meio do Of. GG 222/2020, encaminhado à esta Secretaria através de e-mail (Documento SEI nº 10324011). O **Estado enviou parcialmente o mínimo de informações solicitadas, todas de forma precária** para que possam ser aproveitadas na seção de diagnóstico do Plano de Recuperação Fiscal. Até o presente momento esta **Secretaria não recebeu do Estado a proposta de cronograma de trabalho para a complementação das informações** previstas no Decreto nº 9.109, de 2017.

Diante do exposto, **questiona-se ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal se, conforme previsto na decisão liminar do Tribunal de Contas da União, o órgão deseja ratificar os termos do Parecer SEI nº 11222/2020/ME** (Documento SEI nº 9081761) para que ele seja aplicado até o "pronunciamento conclusivo do Ministério da Economia sobre a necessidade e a eficácia da prorrogação definitiva para o equilíbrio das contas estaduais ou sua rejeição”

6. Ademais, solicita essa STN que o Conselho se pronuncie a respeito da necessidade dessa Secretaria se debruçar sobre algum aspecto analítico adicional, bem como que fossem requisitadas outras informações além daquelas que constam da Lei Complementar nº 159, de 2017, do Decreto nº 9.109, de 2017, e do Manual de Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

7. Passando ao exame da solicitação, cabe preliminarmente registrar que em 2019 o Conselho, por meio do Ofício SEI Nº 17441/2019/ME, de 23/9/2019, aduziu à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) questionamentos acerca do processo de prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal vigente no estado do Rio de Janeiro desde 6/9/2017, e que, conforme o Parecer SEI nº 2648/2019/ME, assim entendeu essa Procuradoria:

"29. No tocante ao procedimento para a prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal, à luz da interpretação sistemática do art. 4º da Lei Complementar nº 159, de 2017, dos arts. 15 e 22 do Decreto nº 9.109, de 2017, e com esteio no art. 55, inciso XII, alínea d) do Decreto nº 9.745, de 2019, o pedido de prorrogação, acompanhado de parecer do Conselho de Supervisão acerca da adequação do novo prazo proposto para a vigência do Regime, deve ser apresentado à STN, a qual elaborará parecer, no prazo de cinco dias contado do recebimento do pedido, acerca do atendimento das exigências estabelecidas nos arts. 2º e 3º da aludida lei

complementar, considerando o disposto nos artigos 20 a 28 deste parecer quanto ao cumprimento do § 1º do art. 2º e do *caput* do art. 3º em relação à prorrogação.

30. Na hipótese de o parecer da STN acima apontado ser favorável à prorrogação, caso tenha havido alteração nas leis que compõem o Plano de Recuperação, haverá exame pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional acerca do atendimento por essas leis às exigências do Decreto nº 9.109, de 2017, e do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017. Após a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, se cabível conforme acima exposto, a STN, com fulcro no § 6º do art. 15 do do Decreto nº 9.109, de 2017, e no art. 3º, inciso IV, da Portaria nº 508, de 28 de dezembro de 2018, manifestará acerca da capacidade de as medidas apresentadas no plano de recuperação equilibrarem as contas públicas do Estado durante o período de sua prorrogação e o encaminhará ao Ministro de Estado da Economia, que, se entender que o Plano de Recuperação prorrogado equilibra as contas públicas estaduais, recomendará ao Presidente da República a homologação da prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal do Estado.

31. Novas operações de crédito a serem contratadas podem ser incluídas na prorrogação do plano de recuperação desde que destinadas às finalidades elencadas no art. 11, *caput*, da Lei Complementar nº 159, de 2017, não tenha ocorrido desvio de finalidade em quaisquer dos financiamentos já contratados, estejam no limite de concessão de garantia pela União definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do § 5º do referido artigo, bem como estejam atendidos os demais requisitos estabelecidos no dispositivo legal apontado.

32. No que concerne ao questionamento do Conselho de Supervisão acerca do seu posicionamento caso, mesmo considerando a prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro e as alterações no seu plano de recuperação, **não se demonstre que o Estado atingirá o equilíbrio financeiro orçamentário ao final do prazo estendido, tem-se que referido Conselho, com fundamento no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 159, de 2017, e nos arts 1º, § 2º, I, alínea c) e art. 22, ambos do Decreto nº 9.109, de 2017, deve consignar manifestação acerca da inadequação da modificação proposta para o Plano de Recuperação Fiscal com vistas à sua prorrogação**, uma vez que a finalidade legal do aludido Regime e de eventual prorrogação, que é o equilíbrio das contas públicas do ente que a ele aderir, a teor do art. 2º da mencionada lei, não será alcançado."

8. Nessa linha, aponte-se inicialmente que o estado do Rio de Janeiro foi informado sobre o processo de prorrogação no dia 7/11/2019, por meio do OFÍCIO SEI Nº 62208/2019/ME.

9. Ademais, consigne-se que este Conselho tem reiteradamente solicitado informações que possam embasar o parecer sobre a necessidade de prorrogação de mais 36 meses do Regime de Recuperação Fiscal, tais como:

a) Informações se as leis de adesão tiveram sua eficácia reduzida, solicitado por meio do Ofício SEI nº 62208/2019/ME;

b) Plano de Recuperação Fiscal com atualizações das projeções fiscais retificadas, conforme OFÍCIO SEI Nº 150/2019/CSRRF/FAZENDA-ME de 16 de agosto de 2019 e Ofício SEI nº 62208/2019/ME com orientação para que o Estado estabelecesse tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional;

c) Substituição das medidas não executadas ou que possuam execução abaixo do projetado com as respectivas notas metodológicas, conforme disposto no OFÍCIO SEI Nº 50923/2019/ME de 25 de outubro de 2019;

d) Esclarecimentos sobre Programa de Pagamento de Restos a Pagar Processados, conforme OFÍCIO SEI Nº 162/2019/CSRRF/FAZENDA-ME de 02 de setembro de 2019; e

e) Esclarecimentos solicitados pelo Conselho de Supervisão ao estado do Rio de Janeiro e não respondidos até o momento:

i. Alienação ações CEDAE - Ofícios SEI nº 114196/2020, de 13 de maio, nº 131665/2020, de 02 de junho e nº 155068/2020 de 29 de junho de 2020;

ii. Relatórios de pessoal SIGRH - Ofícios SEI nº 76/2019, de 27 de março, nº 40982/2019, de 16 e outubro e nº 114.958/2020, de 14 de maio de 2020;

iii. Quadro de pessoal ALERJ - Ofícios SEI nº 54978/2019, de 31 de outubro, nº 39476/2020, de 13 de fevereiro, nº 81147/2020, de 30 de março e nº 114.933/2020, de 14 de maio;

iv. Redução de despesas com contratos - Ofício SEI nº 106419/2020, de 5 de maio, nº 123239/2020, de 25 de maio e nº 141.836/2020, de 15 de junho;

10. Em complemento, diga-se que após o envio do Ofício SEI Nº 62208/2019/ME, de 7/11/2019, o estado permaneceu silente por 10 meses quanto às informações necessárias para dar prosseguimento à prorrogação do Regime.

11. Além disso, em 7/7/2020, este Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, por meio do Parecer SEI nº 11222/2020/ME destacou que:

“Por fim, recomenda-se que, **se a prorrogação da vigência do Regime de Recuperação Fiscal for de interesse do estado do Rio de Janeiro, o estado encaminhe o pedido formal de prorrogação com as informações listadas abaixo**, visto que o período de vigência do referido Regime se encerra em 5/9/2020 e todo o trâmite previsto pela legislação necessita ser seguido:

a) Informações se as leis de adesão tiveram sua eficácia reduzida, conforme solicitado por meio do Ofício SEI nº 62208/2019/ME;

b) Plano de Recuperação Fiscal com **atualizações das projeções fiscais retificadas**, conforme OFÍCIO SEI Nº 150/2019/CSRRF/FAZENDA-ME de 16 de agosto de 2019 e Ofício SEI nº 62208/2019/ME com orientação para que o estado estabelecesse tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional;

c) **Substituição das medidas não executadas** ou que possuam execução abaixo do projetado com as respectivas notas metodológicas, conforme disposto no OFÍCIO SEI Nº 50923/2019/ME de 25 de outubro de 2019;

d) Esclarecimentos sobre Programa de Pagamento de Restos a Pagar Processados, conforme OFÍCIO SEI nº 162/2019/CSRRF/FAZENDA-ME de 02 de setembro de 2019;

e) **Esclarecimentos gerais sobre receitas e despesas solicitados pelo Conselho de Supervisão ao estado do Rio de Janeiro e não respondidos até o momento;** e

f) **Esclarecimentos solicitados pela Secretaria do Tesouro Nacional e outros órgãos do Ministério da Economia** para que se possa elaborar análise sobre a situação fiscal do estado e a possibilidade de atingimento do equilíbrio fiscal ao final do Regime de Recuperação Fiscal.”

12. Importa ressaltar também que este Conselho tem solicitado a atualização de projeções de receitas e despesas ao estado do Rio de Janeiro porque essas não são simples extrapolações em uma planilha pois dependem da decisão do agente público sobre como ocorrerá o comportamento das receitas e despesas. Alguns exemplos de questões que não podem ser respondidas pelo Conselho e que atingem essas projeções são:

a) Diante das renúncias fiscais concedidas recentemente, haveria política de efetiva contenção de benefícios fiscais no estado do Rio de Janeiro? Qual o volume total do impacto das políticas pretendidas sobre a receita? Quais os mecanismos de controle e acompanhamento adotados?

b) Qual a política de investimentos públicos para os próximos anos?

c) Haverá programa de demissão voluntária?

d) Haverá reforma administrativa? Qual o impacto?

e) O estado pretende privatizar a CEDAE e extinguir empresas estatais deficitárias?

13. Não obstante, ocorre que mesmo quando da homologação do Plano já haviam sido feitas ressalvas quanto à possibilidade do estado do Rio de Janeiro atingir o equilíbrio fiscal em 36 meses conforme pode ser visto no Parecer Conjunto nº 1/2017/CORFI/COREM/COPEM/COAFI/COINT/SURIN/CTN/MF-DF de 1/9/2017 que compõe a admissão do Plano de Recuperação Fiscal homologado em 2017:

"Observa-se que, se todas as medidas de ajustes forem implementadas, o resultado nominal esperado pelo Estado ao final do Plano de Recuperação Fiscal é atingido. Porém, quando apenas as duas medidas mais significativas são excluídas, o ERJ já não consegue atingir o equilíbrio fiscal durante a vigência do Regime.

.....  
Diante do exposto acima, conclui-se que o **Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro aponta para o equilíbrio por volta do quinto ano de vigência** do Regime de Recuperação Fiscal. Trata-se de equilíbrio fiscal apurado com base no resultado nominal."

14. Nessa linha, constata-se que somente se atingiria resultado nominal positivo, considerado como indicador de equilíbrio fiscal para o Regime de Recuperação Fiscal, em 2022 como pode ser observados no Anexo III b de "Demonstrativo de Resultados Fiscais - Cenário Ajustado" abaixo :

Plano de Recuperação Fiscal homologado - Metas de Resultado Nominal (R\$ bilhões)

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Resultado Nominal	-14,2	-18,0	-10,3	-10,2	-2,6	1,2	5,3

15. Dessa forma, considerando o disposto no Plano de Recuperação Fiscal homologado, de que o equilíbrio fiscal somente ocorreria em 2022, e considerando a insuficiência de informações para atualização das projeções, o Conselho, no intuito de dar cumprimento ao inciso III do art. 23, ou seja, de recomendar providências com vistas a atingir as metas do Plano de Recuperação Fiscal homologado entende que a prorrogação do prazo do Regime de Recuperação Fiscal seria necessária para que o estado almeje atingir o equilíbrio fiscal, desde que seja acompanhada de compromisso fiscal por parte do estado e de medidas complementares de ajuste fiscal.

16. Reitere-se que este parecer se baseia no Plano de Recuperação Fiscal vigente, portanto, não seria possível, com as informações disponíveis atualmente, afirmar que a prorrogação seria suficiente para atingir o equilíbrio fiscal.

17. Em relação às outras demandas deste STN sobre a necessidade dessa Secretaria se debruçar sobre algum aspecto analítico adicional, bem como que fossem requisitadas outras informações além daquelas que constam da Lei Complementar nº 159, de 2017, do Decreto nº 9.109, de 2017, e do Manual de Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, entende o Conselho que essa Secretaria é o órgão do Ministério da Economia com maior expertise sobre o tema.

Sarah Tarsila Araújo Andreozzi

Conselheira

Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira

Conselheiro

Elizabeth da Costa Mendes Oliveira de Menezes

Conselheira



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Tarsila Araujo Andreozzi, Conselheiro(a)**, em 04/09/2020, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, Conselheiro(a)**, em 04/09/2020, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth da Costa Mendes Oliveira de Menezes, Conselheiro(a)**, em 04/09/2020, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10340560** e o código CRC **AD050E42**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar, - Bairro Asa Norte  
CEP - Brasília/DF  
- e-mail [csrff@economia.gov.br](mailto:csrff@economia.gov.br) - [www.economia.gov.br](http://www.economia.gov.br)